**EMENDA MODIFICATIVA Nº 1, DE 01 DE JUNHO DE 2021**

**Altera o Projeto de Lei 150/2021, que dispõe sobre a obrigatoriedade de custeio das despesas veterinárias aos agressores de animais no Município de Sumaré, e dá outras providências.**

Autor: **Andre da Farmácia**

No uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, submeto à apreciação do Plenário o seguinte Projeto.

**Art. 1º** Suprime o parágrafo único do art. 1º do Projeto de Lei 150/2021;

*.*

**Art. 2º** Acrescenta os §§ 1º, 2º, 3º e 4º ao art. 2º do Projeto de Lei 150/2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

***Art. 2º*** *Entende-se por maus tratos:*

*I – abandonar animal em qualquer situação;*

*II – mutilar, machucar ou causar lesões, castigar, envenenar, espancar;*

*III – deixar o animal preso em espaço privado de luz e ar, insalubre ou perigoso, sujeitando-o a confinamento e isolamentos contínuos;*

*IV – deixar animal preso, sem condições de se proteger do sol e da chuva;*

*V – criar ou manter animal amarrado e corrente curta;*

*VI – privar o animal de assistência veterinária;*

*VII – obrigar animais a trabalhos excessivos ou superiores às suas forças e a todo ato que resulte em sofrimentos para deles obter esforços;*

*VIII – não promover alimentação adequada e água limpa;*

*IX – permitir a circulação de animais em vias públicas, sem a devida cautela na guarda ou condução responsável do mesmo.*

***§1º*** *O cometimento das condutas descritas na presente Lei constitui infração, que serão autuadas levando-se em conta:*

*I - a intensidade do dano, efetivo ou potencial;*

*II - as circunstâncias atenuantes ou agravantes;*

*III - os antecedentes do infrator; e*

*IV - a capacidade econômica do infrator.*

***§2º*** *Sem prejuízo do custeio das despesas tratadas no Art. 1º, as infrações previstas na presente Lei serão punidas com as seguintes penalidades:*

*I - advertência;*

*II - nos casos de reincidência, multa de 100 (cem) UFMS;*

*III - nos casos de reincidência, caracterizados pelo cometimento de nova infração da mesma natureza e gravidade, a multa corresponderá ao dobro do valor da imposta no inciso anterior, cumulativamente;*

*IV - perda da guarda, posse ou propriedade do animal de que trata o Art. 3 desta Lei;*

*V - suspensão de financiamentos provenientes de fontes oficiais municipais de crédito e fomento científico;*

***§3º*** *Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas.*

***§4º*** *Os recursos financeiros, provenientes da arrecadação com as multas aplicadas, e valor constante deste artigo, serão destinados e anualmente corrigidos, pela Secretaria Municipal de Finanças.*

**Art. 3º** Altera a redação do Art. 4º, que passa a vigorar com o seguinte texto:

***Art. 4º*** *As penalidades previstas nesta Lei serão estabelecidas através de auto de infração lavrado contra o infrator, contendo as seguintes informações:*

*I - local, data e hora da lavratura;*

*II - qualificação do autuado;*

*III - a descrição do fato constitutivo da infração;*

*IV - o dispositivo legal infringido;*

*V - a identificação do agente autuante, contendo sua assinatura, cargo ou função e o número da matrícula;*

*VI - a assinatura do autuado*

*§1º O suposto infrator, terá 15 (quinze) dias corridos, para protocolar junto a Prefeitura Municipal de Sumaré/SP, defesa objetivando eximir-se da multa aplicada, o que será julgado conforme os tramites do processo administrativo municipal.*

*§2º O Poder Executivo determinará, em 30 dias, a devida regulamentação e os critérios a serem adotados para cumprir as disposições do julgamento da defesa apresentada pelo infrator.*

**Art. 4º** Inclui o Art. 5º, com a seguinte redação:

***Art. 5º*** *O agente responsável pela autuação poderá solicitar, sempre que necessário, auxilio de força policial quando o infrator dificultar o cumprimento desta Lei*.

**Art. 5º** Inclui o Art. 6º, com a seguinte redação:

***Art. 6º*** *O Poder Executivo adotará todas as medidas necessárias para regulamentar a presente Lei, designando os órgãos responsáveis pela fiscalização e sua execução.*

***Parágrafo único****. Entre as ações de regulamentação, deverá haver a criação de cadastro interno de controle das multas aplicadas e suas reincidências observando os procedimentos previstos nesta Lei.*

**Art. 6º** Inclui o Art. 7º, com a seguinte redação:

***Art. 7º*** *Esta Lei deve ser regulamentada 120 (cento e vinte) dias após a data de sua publicação.*

**Art. 7º** Inclui o Art. 8º, com a seguinte redação:

***Art. 8º*** *Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.*

Câmara Municipal de Sumaré, 01 de junho de 2021.



**ANDRE DA FARMÁCIA**

Vereador

Partido Social Cristão